

Reorientação na diplomacia brasileira e o FOCEM: outra perspectiva sobre a integração regional

Reorientation of Brazilian Diplomacy and the FOCEM: another perspective on regional integration

Diego Pautasso*

Meridiano 47 vol. 13, n. 129, jan.-fev. 2012 [p. 10 a 16]

Introdução

O Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) foi criado em 2004, por iniciativa da diplomacia brasileira. Trata-se de um mecanismo institucional para reduzir as desigualdades regionais e, com isso, aprofundar a coesão do Mercosul. Mais do que uma iniciativa pontual, o fundo revela uma mudança de perspectiva sobre a integração regional desencadeada a partir da crise do Mercosul (1999-2001). Esta foi, sobretudo, a crise da agenda neoliberal e, com efeito, da concepção de integração baseada predominantemente na estímulo comercial intrabloco por meio da redução tarifária.

Nesse sentido, analisar os novos mecanismos de integração regional como o FOCEM é, fundamentalmente, compreender a inflexão que sofreu a diplomacia brasileira a partir do governo Lula. Em outras palavras, a mudança de enfoque e prioridades da política externa do Brasil teve como uma de suas implicações a busca por consolidar o Mercosul através da superação das políticas liberalizantes. O desafio crucial tem passado, necessariamente, por um maior protagonismo do país, dado seu peso político e econômico, para desenvolver iniciativas que ampliem os mecanismos de integração regional para outras esferas; e este é o caso do FOCEM.

O artigo que segue está dividido em três partes. Na primeira parte, serão realizado um breve histórico do Mercosul, incluindo o período da crise da virada do século XX para o XXI que levou à inflexão da perspectiva da integração regional. Na segunda parte do trabalho, será apresentado o papel da diplomacia brasileira como elemento-chave na reconfiguração da direção política no Cone Sul. Na última parte, é abordado como o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul tem revelado outra perspectiva de integração e, sobretudo, outras ambições e prioridades da política externa do Brasil.

1. Das crises à inflexão no Mercosul

As duas décadas de Mercosul (1991-2011) revelam muito sobre a dinâmica de integração na América Latina. Além de ser um dos tantos esforços de integração regional, que remontam a instituições como ALALC (1960) e

* Doutor e mestre em Ciência Política e graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Atualmente é professor de Relações Internacionais da Escola Superior de Publicidade e Marketing – ESPM-Sul e pesquisador integrante do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – NERINT/UFRGS. O Autor agradece o financiamento do Núcleo de Pesquisas e Publicações da Escola Superior de Publicidade e Marketing – NuPP-ESPM e o apoio da monitora Adriana Albanus. (dpautasso@espm.br)

ALADI (1980), revela também os percalços que acabaram por abortar ou bloquear inúmeros esforços diplomáticos nessa direção. O Mercosul também tem enfrentado suas contradições, em meio a disputas políticas entre as perspectivas de integração, competições intrabloco e assimetrias regionais, assim como pressões e conjunturas internacionais adversas.

Dessa forma, a criação do Mercosul (1991) também refletiu as diversas forças internas e internacionais que moldaram as iniciativas que conduziram à institucionalização da integração regional. De um lado, o coroamento do esforço de aproximação entre Brasil e Argentina decorrente do Acordo Tripartite (1979) que pôs fim aos litígios acerca dos recursos hidroelétricos do Rio Paraná; do Acordo de Cooperação Nuclear com a Argentina (1980) que dirimiu as desconfianças no plano estratégico-militar; do apoio do Brasil na Guerra das Malvinas (1982); e do surgimento de mecanismos de coordenação política como o Grupo do Rio (1986), entre outros (OLIVEIRA, 2005, p. 198-199). De outro, a iniciativa do Itamaraty voltada a transformar a integração regional numa resposta ao estreitamento das possibilidades de atuação do Brasil no plano global, combinado com a crise doméstica perceptível no endividamento, na hiperinflação, na vulnerabilidade energética e na crise econômica dos anos 1980 (VIZENTINI, 2003, p. 69).

A crise doméstica brasileira associada ao reordenamento de poder mundial intensificado com o fim da Guerra Fria gerou perplexidade no país e a ruptura da racionalidade que orientou a política externa e o desenvolvimento nacional desde a década de 1930. A instabilidade de pensamento, em certa medida evidenciado pelos cinco chanceleres que ocuparam a pasta entre 1990 e 1995, denotou a falta de estratégia externa (CERVO; BUENO, 2002, p. 456), repercutindo fortemente no formato da aproximação entre Brasil e Argentina. A adoção da agenda do Consenso de Washington (1989) alterou a agenda diplomática e econômica, pois os países cederam às pressões dos EUA, abandonando posições autônomas. No caso do Brasil, a agenda diplomática refluuiu, como nas questões ambiental, nuclear e informática, acabando por desconfigurar a concepção inicial formatada pelo Itamaraty para a configuração do Mercosul (VIZENTINI, 2003, p. 83).

Naquele contexto, a abertura comercial e a atuação externa voltada aos países centraistando na Argentina como no Brasil limitaram o avanço da integração regional para além da dimensão comercial, excetuando os esforços para a construção da personalidade jurídica internacional, com o Protocolo de Ouro Preto (1994)¹, e do sistema aduaneiro, com a criação da Tarifa Externa Comum (1995). Além disso, o cenário criado durante a década de 1990 evidenciou algumas vulnerabilidades regionais, criando empecilhos adicionais ao Mercosul: precário desempenho econômico, incluindo a crise cambial brasileira (1999) e o colapso argentino (2001), recorrentes disputas comerciais, recrudescimento dos desequilíbrios decorrentes das diferenças estruturais de competitividade, entre outros.

Estas crises representaram um período de hibernação que colocou em xeque o modelo liberal e comercialista de integração (CERVO, 2008, p. 166). O impacto negativo sobre os resultados e as expectativas acerca do processo de integração contribuiu também para impulsionar a busca de novas soluções para o Mercosul. A partir de 2002, a integração regional sofreu um inflexão, tanto de desempenho, quanto de perspectiva política.

Esta inflexão contou, sobretudo, com a projeção de novos atores políticos críticos ao modelo neoliberal, notadamente com a eleição de Kirchner e Lula em 2003. De um lado, o fortalecimento da integração regional era parte da agenda dessas forças políticas para se opor ao projeto de criação da ALCA e enfrentar as crises domésticas. Além disso, o Mercosul permitiu promover mercados alternativos diante do protecionismo dos países centrais, resistir à concorrência externa dos países do Leste da Ásia e criar mecanismos de coordenação política para uma inserção mais ativa no sistema internacional. De outro, tais atores políticos estavam comprometidos politicamente com a defesa de seus setores produtivos, o que gerou novos litígios comerciais.

¹ Foi assinado o Protocolo em 17 de dezembro de 1994 mas entrou em vigor apenas em 9 de maio de 1996. Detalhes do documento disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/protouropreto.htm>. Acesso em 29/09/2011.

A assinatura do Consenso de Buenos Aires² pelos presidentes de Brasil e Argentina em 2003 sinalizou novas perspectivas e ambições regionais. Foi a intensificação de uma perspectiva voltada à ampliação e ao aprofundamento da integração regional, cuja contribuição decisiva deveu-se à I Reunião de Presidentes da América do Sul, conhecida como Cúpula de Brasília (2000). Esta Cúpula evidenciou a preocupação de que o processo de integração ultrapassasse a dimensão comercial, incluindo a prioridade dada à infraestrutura física por meio da criação da Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA). A IIRSA³ é o exemplo mais bem acabado de uma organização multilateral voltada à superação de gargalos estruturais do subcontinente e, portanto, à busca de resultados de médio e longo prazos. São projetos infraestruturais baseados em 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento, totalizando 514 projetos e mais de 84 bilhões de dólares investidos.

A partir desse contexto, o aprofundamento e a ampliação da integração sul-americana começou a ganhar contornos mais objetivos. E foi na III Reunião de Presidentes da América do Sul, em 2004, que foi firmada a Declaração de Cuzco que deu origem à Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). Somente na Terceira Cúpula de Chefes de Estado, em 2008, que houve a mudança de nome, com a assinatura do Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas⁴ (UNASUL), realizada em Brasília. Entender a direção que tem assumido a integração regional depende da reorientação que sofreu a diplomacia brasileira a partir da liderança do presidente Lula e seu chanceler Celso Amorim.

2. A reorientação da política externa brasileira

A inflexão que tem se processado na integração sul-americana na última década tem encontrado na diplomacia brasileira um de seus importantes artífices. Dessa forma, o Brasil tem desempenhado um relevante papel no estabelecimento de novas perspectivas para a região. Para compreender isso, é preciso analisar como a política externa brasileira foi reorientada do modelo da *credibilidade* para o da *autonomia*.

O modelo da credibilidade, que caracterizou a atuação durante o governo Fernando Henrique, priorizou as reformas liberalizantes como forma de ingresso do país na globalização a partir da assimilação dos compromissos internacionais. Este modelo baseou-se na concepção de que as insuficiências de poder do país podem ser atenuadas pelo envolvimento nos mecanismos multilaterais. O modelo da autonomia, por sua vez, expressou nitidamente as formas de inserção internacional do governo Lula, cuja prioridade foi deslocada para o desenvolvimento e o fortalecimento da soberania. Para tanto, buscou-se uma ativa inserção internacional voltada a alterar a correlação de forças no mundo, incluindo resistir às pressões das potências mundiais e à promoção de novas coalizões com países periféricos e emergentes (SOUZA, 2009, p. 21-23).

Em outras palavras, com o fim da Guerra Fria e a expansão de poder dos EUA, o Brasil optou por uma forma de inserção que implicou no fortalecimento do eixo vertical (Norte-Sul). Isto é, havia a concepção de que a busca da credibilidade frente aos países centrais teria como contrapartida reconhecimento político, concessões comerciais e ajuda financeira e tecnológica (PECEQUILO, 2008, p. 138-141). Esta atuação externa desencadeada a partir do governo Fernando Collor produziu resultados diferentes do esperado, pois implicou: no desmonte do projeto

2 O Consenso de Buenos Aires indicou uma maior coordenação política entre Brasil e Argentina, um inúmeros pontos. Ver documento disponível em: http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_385_5167.htm. Acesso em 29/09/2011.

3 O IIRSA tem Comitê de Coordenação Técnica composto pela Corporação Andina de Desenvolvimento (CAF), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), além da participação do setor privado. Sobre as obras em andamento e projetadas, ver acervo de informações disponível em: www.iirsa.org/proyectos. Acesso em 29/09/2011.

4 O Tratado Constitutivo da UNASUL. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul/tratado-constitutivo-da-unasul>. Acesso em 30/09/2011.

nacional a partir da adoção de reformas liberalizantes; na adesão sem contrapartida aos regimes internacionais (TNP e MTCR⁵); e no consequente recuo das posições da diplomacia brasileira diante dos temas mais sensíveis da política internacional.

É nesse contexto que se insere as ações do governo Lula e do chanceler Celso Amorim ao buscar diversificar a inserção internacional do Brasil. A visão estratégica na agenda brasileira priorizou as relações Sul-Sul como forma de alcançar maior equilíbrio na relação com os países do Norte, realizar ajustes e aumentar o protagonismo internacional do país. Esta *autonomia pela diversificação* alterou a política externa brasileira (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p. 283) e contribuiu para impulsionar uma visão de integração regional mais abrangente voltada à consolidação do espaço prioritário de atuação externa do país.

Nesse caso, a opção político-diplomática tem sido por utilizar os recursos de poder do país (econômico e político) para alavancar o protagonismo brasileiro no processo de integração. Afinal, o Brasil representou em 2010 cerca de 26,44% do fluxo comercial argentino, 21,83% do paraguaio e 19,54% do uruguaio, se posicionando como o maior parceiro comercial destes países do bloco (Figura 2). Além disso, os dados indicam que as iniciativas da diplomacia brasileira podem ter também colaborado para impulsionar o comércio do Mercosul, pois este passou de mais de 149 bilhões para cerca de 527 bilhões de dólares, inclusive fazendo ampliar a participação do comércio intrabloco de 13,85% para 16,10% no período de 2002 a 2008 (Figura 1).

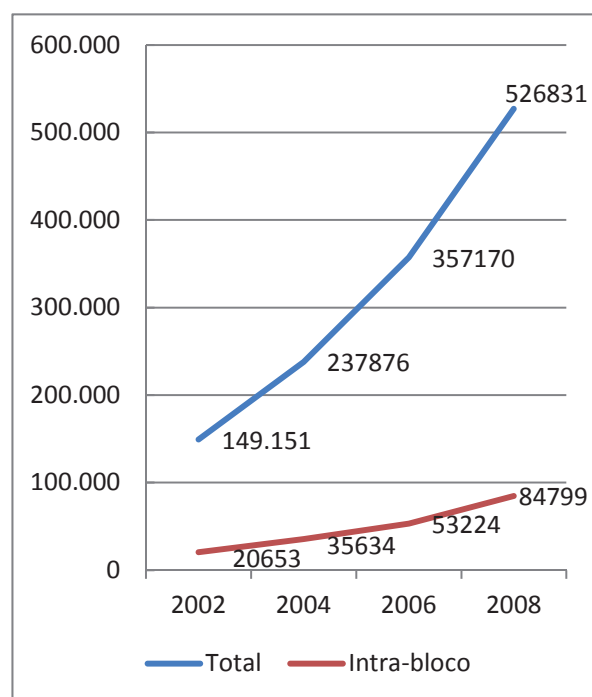


Figura 1 Comércio do Mercosul em bilhões U\$

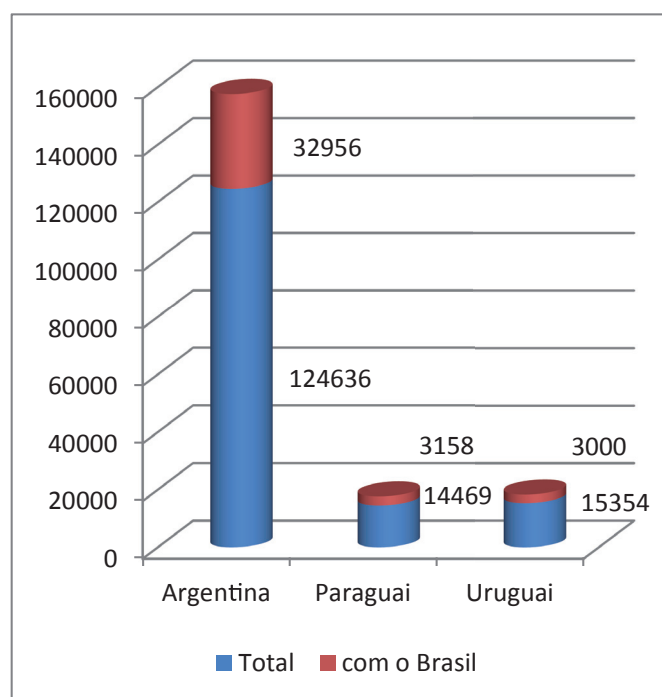


Figura 2 Participação do Brasil no comércio do Mercosul em bilhões U\$ (2010)

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Euromonitor, 2011

Com o governo Lula a autonomia, o universalismo e a projeção global do país consolidaram-se como os três pilares da política externa do Brasil. Com efeito, diferentemente do seu predecessor, a diplomacia brasileira priorizou a construção de liderança na América do Sul em várias frentes, especialmente fortalecendo instituições regionais (SARAIVA, 2010, p. 166). A criação da UNASUL revelou a busca pela ampliação da integração sul-americana, assim como de seu aprofundamento, já que tem proporcionado mecanismos político-institucionais para intensificar

5 O Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e o Regime de Controle de Mísseis, respectivamente.

a coordenação diplomática, como é o caso do Conselho de Defesa Sul-Americano. Aliás, o próprio desempenho comercial tem sido resultado, em parte, do fato da agenda da integração ter sido deslocada da dimensão predominantemente comercial, como ilustram os dados.

Além disso, a diplomacia brasileira liderou e/ou assumiu outras iniciativas de importante repercussão para a região. Primeiro, o financiamento e a organização da Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA), sediada em Foz do Iguaçu. Segundo, a criação, em 2003, do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), cujo objetivo é impulsionar as importações brasileiras de países sul-americanos a partir da substituição de produtos oriundos de terceiros mercados. Para tanto, o PSCI tem iniciativas variadas, como a criação de grupos de trabalho e elaboração de documentos (catálogos e guias), cursos (palestras, seminários) e missões voltadas aos países da região visando a facilitar o acesso de produtos ao mercado brasileiro.⁶ Por fim, no âmbito do Cone Sul o país contribuiu para a criação do Parlamento do Mercosul (2006) e do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM-2004).

3. O FOCEM e a mudança de perspectiva

A criação do FOCEM⁷ é reveladora da nova perspectiva de integração regional que a diplomacia brasileira tem impulsionado. Criado em 2004, e em vigor desde 2006 com Decisão CMC Nº 18/05, esse mecanismo político para o desenvolvimento regional baseia-se nas experiências dos fundos europeus⁸, notadamente nos Fundos Estruturais (Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, Fundo Social Europeu e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e no Fundo de Coesão. São iniciativas direcionadas à promoção de formas mais substantivas de articulação entre as economias, o que implica buscar soluções às disparidades dos membros do bloco em questão. No caso do Mercosul, o FOCEM também foi organizado voltado ao combate das assimetrias, porém com a disponibilização de recursos a fundo perdido.

Nesse sentido, o FOCEM busca atuar em quatro grandes áreas: a melhoria da infraestrutura e da logística, com o Programa de Convergência Estrutural; a integração e o desenvolvimento das cadeias produtivas, com o Programa de Desenvolvimento da Competitividade; a qualificação dos indicadores sociais, com o Programa de Coesão Social; e o aprimoramento da gestão e das normas regionais, com o Programa de Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração.

Já com relação aos recursos, o FOCEM foi organizado para que estes sejam doados e distribuídos numa lógica inversa à dos aportes. Ou seja, o Brasil deposita 70% e a Argentina 27%, mas ambos só podem sacar 10%, já o Uruguai deposita 2% e pode retirar até 32% e o Paraguai deposita 1% e tem direito a 48% dos recursos. O fundo já tem cerca de 4 dezenas de projetos aprovados, em valores que se aproximam a 1 bilhão de dólares. Entre as obras mais importantes, destaca-se: a Implantação da Biblioteca e do Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); a Interconexão Elétrica de 500 MW Uruguai-Brasil; a Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Ponta Porã/MS; a Reabilitação e Pavimentação Asfáltica do Trecho Concepción-Puerto Vallemí/PAR; a Qualificação de Fornecedores de Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás; a Linha de Transmissão Itaipu-Villa Hayes/PAR, entre outros.⁹

6 O PSCI está detalhado no site. Disponível em: <http://www.brasilglobalnet.gov.br/PSCI/P/destaquepsci.aspx>. Acesso em 29/09/2011.

7 O site do FOCEM apresenta a organização do fundo. Disponível em: <http://www.mercosur.int/focem/index.php?id=planes-de-adquisiciones>. Acesso em 29/09/2011.

8 Ver informações no site do Parlamento Europeu. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/factsheets/4_4_1_pt.htm. Acesso em 05/10/2011.

9 O site do Ministério do Planejamento do Brasil detalha as obras em curso: <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=156&sub=279&sec=10>. Acesso em 29/09/2011.

Estas obras e políticas públicas têm buscado integrar a infraestrutura, para ampliar o fluxo dos fatores de produção intrabloco, e as estruturas produtivas, para combater as assimetrias existentes com os demais parceiros do Brasil. Da mesma forma, o combate às disparidades sociais também é uma forma de conferir legitimidade à integração e, por isso, é essencial o fortalecimento institucional do bloco, pois este é o meio para viabilizar com eficácia tais ações políticas (SOUZA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2011, p. 8).

Em síntese, a ampliação da presença brasileira em assuntos globais como potência regional, a forte preferência do país pelo multilateralismo e a primazia do desenvolvimento (LIMA, 2009) passam, necessariamente, pela fortalecimento da integração regional. Contudo, embora o eixo Brasília-Buenos Aires tenha se convertido num fator de estabilização da América do Sul, tal processo de integração tem de compatibilizar forças contraditórias, como a expectativa brasileira em liderar a integração sul-americana, a resistência argentina em tornar-se instrumento da liderança regional do Brasil (LESSA, 2010, p. 122) e as ambições de países menores e/ou mais vulneráveis, como são os casos de Uruguai e Paraguai. Para estes vizinhos, o bloco pode representar uma forma de contemplar suas demandas, permitindo suporte financeiro para o desenvolvimento, acesso a vastos e próximos mercados e coordenação política na inserção internacional (REIS; RODRIGUES, 2011). Cabe ao Brasil, pois, assumir o protagonismo político para fazer avançar a integração, impulsionando ações voltadas ao longo prazo. Afinal, financiar o desenvolvimento regional é, sobretudo, de interesse brasileiro, pois não convém a vizinhança de países vulneráveis e pobres, seja pela frágil demanda por produtos e investimentos nacionais, seja pelos efeitos problemáticos gerados ao próprio país, por meio de contrabando, migrações, tráfico de drogas e armas, etc.

Considerações finais

Apesar das diferentes percepções e dos reais percalços, é preciso considerar alguns elementos quando são avaliados a evolução do Mercosul e da integração regional. Primeiro, é inegável que permitiu criar um clima de confiança, dirimindo as rivalidades entre os dois maiores países da Bacia do Prata. Segundo, dinamizou as relações comerciais, criando alternativas de mercado num contexto internacional adverso. Terceiro, criou coordenações políticas para lidar com tensões regionais e com a inserção do bloco no plano internacional. Quarto, que é o que buscou-se enfatizar neste texto, permitiu contribuir na superação das crises domésticas e, com a mudança de perspectiva, aprofundar a integração para outras esferas, da política (Parlamento) à macroeconômica (FOCEM). Por fim, as corriqueiras disputas, intrínsecas a qualquer interação política, acabam por ocultar a direção e o desempenho geral do processo de integração, sobretudo quando se toma como referência a integração europeia. O problema destas comparações é que costumam abstrair o ponto de partida dos países do Cone Sul (subdesenvolvidos e desiguais) e o caráter ainda embrionário desta experiência (duas décadas), o que difere substancialmente da trajetória da UE, que ainda assim enfrentou e enfrenta seus percalços.

Com efeito, pode-se concluir que a reorientação da diplomacia brasileira, combinado com a mudança de conjuntura, foi central para a alteração da perspectiva de integração regional. Nesse sentido, o FOCEM é parte do objetivo de aprofundamento da integração, como outras iniciativas como PSCI, IIRSA, UNILA, enquanto o alargamento de tal processo pode ser observado por ações como a UNASUL, assim como a coordenação política para a inserção global dos países sul-americanos, como são os casos da ASPA e da ASA.

Portanto, para o Brasil, o financiamento da integração regional é a forma mais eficaz para dissuadir desconfianças e impulsionar a liderança brasileira. Isso é particularmente importante, pois trata-se do espaço estratégico do Brasil e, por extensão, do meio de fortalecimento da posição do país nas relações Sul-Sul e no processo de multipolarização em curso. Isto é, permite ao Brasil ampliar a autonomia a partir da diversificação da atuação externa, com a integração regional, coordenação política e promoção de novos mercados. Em suma, trata-se, sobretudo, do

objetivo prioritário da diplomacia brasileira de ampliar e aprofundar a integração sul-americana, e, ao consolidá-la, ser a liderança regional e a interlocução com outros atores e/ou regiões.

Referências

- CERVO, Amado. *Inserção Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CERVO, Amado.; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: UnB, 2002.
- LESSA, Antônio. Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010). In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, nº53, 2010, pp. 115-131.
- LIMA, Maria. Brasil como país intermediário e poder regional. In: HURRELL, Andrew (Org.). *Os BRICS e a ordem global*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, pp.43-73.
- OLIVEIRA, Henrique. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no século XXI: Os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, nº51, 2008, pp. 136-153.
- REIS, André; RODRIGUES, Kamila. Além das "assimetrias". In: *Meridiano 47*.vol. 12, nº 125, pp. 25-31, 2011.
- SARAIVA, Miriam. Brazilian foreign policy towards South America during the Lula Administration: caught between South America and Mercosur. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, nº53, 2010, pp. 151-168.
- SOUZA, Amaury. *Agenda Internacional do Brasil*. São Paulo: Campus, 2009.
- SOUZA, André; OLIVEIRA, Ivan; GONÇALVES, Samo. O Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul. In: *Boletim de Economia e Política Internacional*. nº 5, pp. 7-16, 2011.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A estratégia de autonomia pela diversificação. In: *Revista Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 29, pp. 273-335. 2007.
- VIZENTINI, Paulo. *Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

Resumo

O presente artigo analisa a importância do FOCEM como parte da reorientação da diplomacia brasileira sob o governo Lula. Esta mudança de perspectiva política tem resultado na ampliação e no aprofundamento da integração regional sul-americana no século XXI. Além disso, a consolidação da liderança do Brasil na região fortalece sua presença nos assuntos internacionais.

Abstract

This article examines the importance of FOCEM as part of there orientation of Brazilian diplomacy under Lula's government. This change in perspective policy has resulted in the expansion and deepening of regional integration in South America in the XXI century. In addition, the consolidation of Brazil's leadership in the region strengthens its presence in international affairs.

Palavras-chave: Diplomacia Brasileira; FOCEM; Mercosul

Keywords: Brazilian Diplomacy; FOCEM; Mercosur

Recebido em: 03/11/11

Aprovado em: 25/11/11